

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Quem está falando que foi citado?

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Eu, Adriana Balthazar.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Ah, sim, o Deputado Rubens Bomtempo.
Deputada Adriana, em breves palavras.

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Até para dirimir esta confusão, porque, de repente, sobre o que eu vou falar, outras pessoas podem até mudar as suas falas.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas ao Deputado Rodrigo Amorim. Não foi minha intenção agredi-lo, de forma alguma. Tem muitas pessoas aqui e eu - sei lá - me empolguei. Então, desculpe-me por esse comentário. Quero esclarecer que não tenho nenhuma razão nem vontade de ser a paladina desta pauta, a cabeça de chave desta pauta.

Muitas pessoas, como V.Exa. mesmo falou no dia em que eu entrei com o Projeto, quando eu pedi ao Presidente, na semana passada, que nós uníssemos todos os Projetos, anexássemos todos os Projetos e fizéssemos um só, eu citei o seu pronunciamento, eu citei o seu Projeto, então, não é minha intenção, em absoluto, ser a grande precursora.

E eu sei que tem, graças a Deus, muitos Deputados defendendo a mesma pauta que eu, a mesma pauta de tornar a educação essencial.

Em segundo lugar, quero corrigir a minha fala de que a Secretaria da Educação me mandou o documento de antemão. Eu me expressei mal, estou assumindo o meu mandato agora, peço desculpas por isso. Agora, muitas pessoas em volta de mim, pode ser que eu tenha me empolgado.

Quando eu iniciei esse movimento, inclusive, fazendo um abaixo-assinado - eu vou ser breve, Sra. Presidente, pode deixar, mas eu preciso que fique bem explicado isso -, para essas assinaturas apoiarem o Projeto - não o meu projeto, mas tornar a Educação essencial, no abaixo assinado nem diz "meu Projeto", existe "tornar a Educação essencial" -, eu fui procurada por pessoas da Secretaria de Saúde que já estiveram em reuniões, com V.Exas., gostando do barulho que eu estou fazendo por eles serem a favor também da Educação se tornar essencial.

Então, eles reuniram para mim, não é... Eu vou encaminhar a todas as Comissões, mas parece que foram documentos e laudos inclusive já mandados, porque eles me avisaram que já tiveram essa reunião com as devidas Comissões. Então, eu peço desculpas pela confusão que eu criei.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Peço para concluir, Deputada.

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Não foi intencional e tudo que tiver... Não foi um documento oficial da Secretaria de antemão, sim, veio deles, tem eles aqui no documento que me foi enviado, mas o que eu recebi foi informalmente e de qualquer forma encaminharei a todas as Comissões e a todos os presentes nesta Sessão. Peço de novo desculpas a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Deputado Flávio Serafini, uma questão de ordem.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Deputada Tia Ju, vou ser bem objetivo: como presidente da Comissão de Educação, quando este Projeto veio à pauta a primeira vez, apresentei a questão de ordem para que o Projeto saísse em baixa em diligência, a Deputada Martha Rocha, presidente da Comissão de Saúde deu parecer em sentido convergente, e o Projeto, então, saiu de pauta para aguardar uma posição do Governo.

Na sequência, vários Deputados pediram que o Projeto voltasse à pauta o mais rápido possível. O Presidente André Ceciliano tentou conciliar essas duas posições, trouxe o Projeto para entrar em discussão na semana passada, mesmo sem o retorno das Secretarias. Isso não foi um acordo, isso foi da prerrogativa do Presidente André Ceciliano.

Não tendo retorno da Secretaria que subsidiasse este tema, que inclusive já foi objeto de um ofício conjunto meu, como Presidente da Comissão de Educação; com a Deputada Martha Rocha, Presidente da Comissão de Saúde; pedindo explicações anteriormente à vinda deste Projeto à pauta, quando realizamos uma audiência pública de qual era a posição da Secretaria de Estado de Saúde sobre este tema, que ainda não houve resposta, as duas Comissões deram pareceres contrários ao Projeto; mas o Projeto não chegou a entrar em discussão. A Sessão estava se prolongando, o Presidente interrompeu a Sessão. Então, o Projeto não chegou a ser debatido. Hoje ele volta à pauta para ser debatido. Ele já recebeu parecer, ele não vai ser votado hoje. Hoje, só vai ter debate sobre ele. Os parlamentares que queiram falar vão se inscrever para falar.

É grave que essas informações tenham sido encaminhadas por uma Deputada e não tenham sido encaminhadas formalmente para quem requereu - nem como baixa em diligência, nem através de ofícios que saíram das Comissões. E é grave, porque essa mesma questão está sendo requisitada pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no âmbito de uma ação civil pública, e até agora a Secretaria de Estado de Saúde não respondeu.

Eu vou me inscrever para discutir o mérito do debate durante as inscrições, mas quero destacar que quando baixamos em diligência nós queremos ouvir as autoridades, queremos ouvir a Secretaria de Saúde, queremos ouvir a Secretaria de Educação. E nos causa muito incômodo que a Secretaria não queira nos responder e gere a informação para terceiros - por mais que sejam Deputados, que seja legítimo, mas quando a Casa inteira de forma oficial solicita através da baixa em diligência essas informações.

O SR. BRAZÃO - Questão de ordem, Presidente Tia Ju, questão de ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Só esclarecendo que houve um acordo, sim, no Plenário, quando o Deputado André Ceciliano, que presidia no momento, tem a fala dele, eu pedi aqui para ver, dizendo que ia fazer um acordo com o Parlamento e mesmo sem ter a resposta da baixa em diligência, que traria até mesmo como V.Exa. colocou aí pela demora da resposta, dado a um tema tão relevante e importante em meio a uma pandemia, e a Secretaria já era para ter se posicionado, já era para ter dado a resposta.

Enfim, Deputado Luiz Paulo, e, também, lembrando a V.Exa. que no início eu comecei a Sessão já anunciando que o Projeto havia recebido 34 Emendas e estava voltando e estava voltando para as Comissões, então, não haveria mais, após isso, espaço para discussão.

Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Sra. Presidente, em parte, o Deputado Flávio Serafini já comentou o que eu ia aqui dizer. Eu fiquei até o final da Sessão, inclusive, eu fui autor do parecer na CCJ, inclusive, contrariando minha análise de mérito para tentar que houvesse um acordo, eu sou contra o projeto, tentei.

O Deputado André Ceciliano tentou fazer um acordo sobre o mesmo, não conseguiu, reabriu-se o processo de discussão nas comissões, CCJ, Educação, de Saúde, principalmente. E o tempo da Sessão acabou, então, foi interrompido o procedimento.

Então, o projeto está voltando hoje para ser discutido, mas não se discute em questão de ordem e depois sai de pauta porque recebeu emendas; e depois voltará à pauta para colher os pareceres sobre as emendas e votar no mérito. Eu queria explicar isso porque, senão, nós vamos discutir o projeto duas vezes, discute na questão de ordem e discute na hora da discussão.

Então, eu estou aqui alertando sobre o que define o Regimento Interno. Como eu quero discutir a matéria, eu estou me inscrevendo para discutir, mas, na questão de ordem, eu só queria esclarecer o que aconteceu: que o plenário já estava relativamente vazio naquele momento.

Muito obrigado.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Eu também quero me inscrever, Tia Ju.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Obrigada pelo esclarecimento.

O Deputado Luiz Paulo se inscreve, o Deputado Waldeck..

A SRA. RENATA SOUZA - Renata Souza, para discussão, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Renata, quem mais para se inscrever?

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

O SR. BRAZÃO - Presidente, eu pedi questão de ordem aí.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - O Brazão é para discussão ou questão de ordem?

O SR. BRAZÃO - Questão de ordem, Presidente, que eu pedi.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Questão de ordem é só para esclarecimento conforme deixamos aqui. A discussão vai ser pela inscrição.

Quem mais se inscreve para discutir?

A SRA. CÉLIA JORDÃO - Célia Jordão, para discutir, também, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Célia Jordão.

Então, vamos lá.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Presidente, eu quero discutir também, mas, eu queria uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - V. Exa. vai ter que estar inscrito aqui na questão de ordem, eu inscrevi V. Exa. aqui na questão de ordem.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Isso, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Vai se inscrever também para discutir? Alexandre Knoploch?

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Sim.

O SR. RODRIGO AMORIM - Para discutir, Rodrigo Amorim.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Rodrigo Amorim, para discutir, ok.

Vamos à questão de ordem, o Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Presidente, eu acho que o Brazão estava na minha frente na questão de ordem.

O SR. BRAZÃO - Obrigado, Knoploch.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Não, V. Exa. estava na frente, eu fui escrevendo aqui pela ordem.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Ah, está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - É V. Exa., depois o Deputado Brazão.

O SR. BRAZÃO - Ah, tá.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Brazão, são 10 segundos.

O SR. BRAZÃO - Obrigado, irmão.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Presidente, eu queria pedir a V.Exa., não sei se é possível essa semana ainda, eu "comi mosca" e não consegui. Falei por alto com o Presidente André, mas, como ele está agora ausente, a gente... Eu pensei que essa semana ia voltar a pauta e acabou não voltando, a questão da CPI das Crianças Desaparecidas, ver se a gente consegue, se não colocar ainda essa semana na pauta, mas, já no início da outra, porque teve duas emendas, que precisa sanar a questão dessas emendas e começar logo. Como a senhora sabe, tem 100 dias já das crianças desaparecidas em Belford Roxo. E assim como tantas outras, a gente não está conseguindo avançar muito.

Então, só pedir a V. Exa., se puder interceder por mim, eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Já intercedido, vir à pauta na quinta-feira, tá? Quinta-feira já estará em pauta, dada a urgência, também, essas crianças têm urgência, não dá para continuar crianças desaparecendo sem ter desfecho, sem saber os motivos.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Todo prazer, Deputado. Para questão de ordem, Deputado Brazão,

O SR. BRAZÃO - Boa-tarde a todos Parlamentares, olha só, esse projeto, eu coloquei em pauta aí porque realmente hoje a educação é fundamental. Se a educação é fundamental, nós temos que dar condições e os pais terem condição de optar que o filho vai ou não à escola.

O que está acontecendo? Dentro das residências dessas pessoas, dessas crianças está acontecendo o quê? Elas estão ficando sozinhas em casa - entendeu, Sra. Presidente? - e estão se aglomerando através dos vizinhos, ficando próximas aos vizinhos, junto com as crianças brincando, continuando a mesma coisa e se contaminando.

Se houver essa possibilidade de os Deputados terem esse consenso de que elas têm que voltar às salas de aula, aquelas que não têm condição de ter computador, não têm telefone, não têm internet, não têm nada. Acho que isso em muito importante. Como o Município, hoje, do Rio de Janeiro já fez.

O que vai acontecer? Qual é a diferença entre as crianças que estudam nas escolas particulares e públicas? Nenhuma. As crianças simplesmente vão ver os amigos indo para a escola e elas não podendo ir, não podendo estudar.

Acho que este Projeto é muito importante, porque temos que ter consciência de que não pode haver discriminação entre as crianças municipais, as estaduais e as particulares.

As escolas particulares também estão passando por momento difícil, muito difícil, porque estão pagando aluguel pelos espaços...

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Peço para concluir, Deputado.

O SR. BRAZÃO - ...e não estão tendo condição, de jeito nenhum, de voltar.

Hoje temos que ter essa consciência.

Eu sei que a Deputada Martha Rocha, o Deputado Luiz Paulo, vários Deputados, todos - principalmente, o Deputado Luiz Paulo - estão ajudando a defender o Projeto com algumas Emendas. Peço a V.Exas. que tenham consciência disso, porque há muitas crianças querendo estudar e não têm condição.

Tendo esse retorno à sala de aula, vai ser uma oportunidade muito grande que essas crianças vão ter de estarem retornando às salas de aula.

Está bom?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Nós que agradecemos, Deputado.

A Presidência chama os trabalhos à ordem.

Como já tinha anunciado que o Projeto voltaria por ter recebido as Emendas, que voltaria às Comissões e tinha encerrado a discussão, mas há Deputados ainda interessados em discutir o Projeto, chamo os trabalhos à ordem em continuação da discussão do Projeto 3580/2021.

O primeiro Deputado inscrito é o Deputado Luiz Paulo, que dispõe de sete minutos e meio.

O SR. LUIZ PAULO - Deputada Presidente, nem usarei os sete minutos.

Esta Casa quando legislou - e lembrou bem o Deputado Rubens Bomtempo -, sobre os populares, infelizmente, batizados com esse nome horroroso, dez dias de feriadão, foi introduzido um dispositivo, um artigo, muito claro que sempre valerá o dispositivo mais restritivo em relação à análise pandêmica e aos cuidados perante a ela, em consonância com a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Bom, já legislamos sobre isso, virou lei e é decisão do Supremo. Se uma lei diz que pode isso, e o município diz que não pode isso, vale o mais restritivo que é o do município. Ponto final. Está legislado.

Não cabe novamente retomar esta discussão e não poderia ser diferente.

A Educação é também financiada pelo Fundeb.

Participam do processo educativo os três níveis de Poder: a União, os Estados e os Municípios. Mas cada um no seu nível de Poder. Se fôssemos escalar a Educação, universidade, a União; segundo grau, o Estado; primeiro grau, o Município. O processo é unificado, mas cada um no seu nível de competência.

Não podemos dizer, na Assembleia, ao arripio do prefeito e da Câmara de Vereadores de Porciúncula, o que deve ser feito lá, porque imaginamos que o município do Rio de Janeiro é o único do nosso estado, e ele não é; ele é só a capital do estado. Nós temos 92 municípios. A Câmara de Vereadores e o prefeito, por exemplo, de Porciúncula têm capacidade de fazer análise pandêmica do seu município e decidir o que fazer. É isso o que tem que ser preservado. Então, essa questão já está legislada. Se está legislada, não cabe esse fervor por achar que, com esse projeto de lei, alguma coisa vai ser modificada.

Vindo para o município da capital, a quem compete decidir no município da capital se vai ter abertura das aulas ou não? É o município da capital, é o prefeito da capital com a Câmara de Vereadores. Por mais que nós, da Assembleia Legislativa, queiramos, não é nossa competência. A nossa competência está ligada à gestão da educação no âmbito do estado, e não no âmbito dos municípios.

Tentamos e estamos tentando de todas as formas possíveis mostrar nesse projeto que essa é a única hipótese. Eu volto a dizer: por mais saber que tenha um profissional de educação com mandato de Deputado Estadual, ele não tem capacidade de dizer a um prefeito e a uma Câmara de Vereadores o que deve fazer essa prefeitura. Está decidido, volto a repetir, pelo Supremo Tribunal Federal: vale a medida mais restritiva.

O projeto também não tem que discutir o que é serviço essencial ou não, porque também a essencialidade já está definida em instância federal. Essencial é tudo aquilo que, se parar, para tudo, coloca em risco a sociedade, e para a máquina pública.

Quero só chamar a atenção porque o trâmite do processo, agora, entrou no seu nível normal. Discute-se, hoje; ele sai de pauta - é justo o que colocaram os Deputados Waldeck Carneiro, Martha Rocha e Flávio Serafini. Aguardamos chegarem os pareceres da Secretaria de Educação e Cultura e aí, junto com todas as emendas, o projeto retorna para se decidir o que fazer. Mas essa premissa, qualquer que seja a decisão, não pode ser desrespeitada. Nós não podemos ferir a autonomia municipal, quando essa autonomia propuser medidas mais restritivas do que gostaríamos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - O próximo orador para discutir a matéria é Sr. Deputado Waldeck Carneiro.

Parabéns, Deputado Luiz Paulo, só gastou cinco minutos.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Para discutir a matéria) - Sra. Presidente, Deputada Tia Ju, temo que V.Exa. não me parabenizará, porque pretendo usar o meu tempo na íntegra, mas quero agradecer V.Exa...

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Também receberá os parabéns se usar os sete minutos e meio.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Para discutir a matéria) - Obrigado, Deputada.

Ouví e entendi a Deputada Adriana Balthazar. Ouví o seu pedido de desculpas e, de minha parte, está desculpada, mas quero, ainda assim, registrar como fato estranho que um órgão do poder público estadual tenha decidido distribuir um parecer a quem quer que seja, não especificamente à Deputada Adriana Balthazar, enquanto há um pedido de baixa em diligência oficial do parlamento fluminense nesse sentido. Não quero deixar passar em branco essa minha manifestação de estranheza, porque isso não é um fato normal. O parlamento precisa ser respeitado, antes de mais nada, pelo Poder Executivo.

Em segundo lugar, eu quero também lembrar que estamos fazendo a discussão. A matéria está na pauta para continuação da discussão; é assim que ela está apresentada na Ordem do Dia. Ela sairá de pauta porque recebeu várias emendas, mas só retornará, segundo diretriz da Presidência da Casa, depois que a Assembleia receber os pareceres da baixa em diligência.

Então, mesmo que as comissões tenham celeridade para examinar as emendas - não é? -, que elas terão, ainda assim a baixa em diligência tem que ser observada, porque a baixa em diligência - eu quero aqui repetir o que disse a Deputada Martha Rocha - é um tipo de voto: vota-se, às vezes, pela baixa em diligência, então, este voto tem que ser respeitado.

Isso dito, Deputada Tia Ju, quero, assim, na discussão do mérito, dizer também, com todo respeito ao autor, que sou contrário ao projeto. Quero aqui dizer por quê. Tenho informações, hoje, de que uma brasileira numa agência dos Correios foi postar uma correspondência que tinha como destino a Cidade do México, Capital do México, e esta correspondência não pôde ser postada porque há restrições sanitárias do México para recebimento de correspondências físicas provenientes do Brasil. Tenho a informação também, que circulou nas redes sociais, que o Primeiro-Ministro da França esteve no Parlamento, na Assembleia Nacional, e comunicou que estão interditados os voos para a França provenientes do Brasil até segunda ordem, sine die - sem prazo determinado. São dois exemplos, entre vários outros, que mostram que o Brasil se tornou a capital, o epicentro da pandemia do novo coronavírus, ou seja, além de já ter se tornado - porque já tinha se tornado - uma espécie de pária internacional pela política de relações exteriores isolacionista e contra o multilateralismo, o Brasil é duplamente pária, porque o mundo todo enxerga com temor e estupor a maneira como a pandemia vem sendo tratada pelo Governo Federal no Brasil.